

Senado aprova a criação do Estado de Rondônia

O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — O projeto do Governo que eleva o Território de Rondônia a Estado foi aprovado ontem à noite pelo Senado, em regime de urgência, por 38 votos favoráveis e apenas um contrário. O senador Hugo Ramos (PDS-RJ) fez declaração de voto, explicando que só votou a favor porque o seu partido fechou questão sobre o assunto, pois considera o projeto *inconstitucional*. A matéria vai agora à sanção do Presidente da República.

A única emenda apresentada — um substitutivo do senador Henrique Santiago (PMDB-GO), foi rejeitada através de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, dado em plenário e aprovado pela maioria do PDS.

O voto contrário ao projeto foi dado pelo senador Adalberto Senna (PMDB-AC). Disse ele que o PMDB não concorda com a nomeação do governador pelo Presidente da República e com os poderes conferidos ao governador para legislar por decreto-lei.

O PDS colocou em plenário seus 36 senadores. Apenas o senador Jarbas Passarinho não votou, por ser presidente do Senado. Os outros votos favoráveis foram dados pelos senadores Evelásio Vieira, líder do PP, José Fragelli (PP-MS) e Dirceu Cardoso (PMDB-ES).

Antes da votação, o líder do PMDB, Marcos Freire, orientou a bancada para se retirar do plenário, embora não fechasse a questão. A Oposição, conforme o substitutivo apresentado, queria a eleição do governador a 15 de novembro de 82 e que a Assembleia Constituinte do Estado tivesse poderes para legislar mesmo antes da promulgação da Constituição.

URGÊNCIA

A sessão de votação do projeto começou às 16h30m e terminou às 19h20m. O PDS pediu regime de urgência. O líder do PMDB, Marcos Freire, criticou o partido governista por querer votar "de afogadilho" o projeto, uma vez que este fora aprova-

do na Câmara na quarta-feira. Pediu a verificação de número para a votação do requerimento de urgência. Por este motivo teve de ficar no plenário.

Foram dados 35 votos favoráveis: 34 do PDS e um do senador Valdon Vargão (PP-MS). Disse ele que o partido não firmara posição sobre o projeto e acrescentou que condenava "a posição radical das oposições quanto à obstrução dos trabalhos".

Os pareceres das comissões técnicas — Constituição e Justiça, Finanças e Serviço Público — foram dados em plenário. Todos os relatores eram do PDS: Moacyr Dalla, José Lins e Raimundo Parente.

Henrique Santillo apresentou o seu substitutivo, que não foi aceito pelo presidente do Senado, uma vez que matérias que implicam aumentos de despesa só podem receber emendas nas comissões. A rejeição provocou acesos debates.

O senador Jarbas Passarinho consultou os líderes, que decidiram receber o substitutivo. A sessão foi suspensa por 15 minutos para que o relator do projeto na Comissão de Justiça, Moacyr Dalla, redigisse o seu parecer — que foi aprovado pela maioria do PDS — rejeitando o substitutivo.

As 19h20m, depois de ser encaminhado pelos senadores Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e Evelásio Vieira, o projeto foi votado.

NA COMISSÃO

Na Comissão de Constituição e Justiça, de manhã, foi votado requerimento do senador Murilo Badaró para que o projeto, em regime de urgência, fosse imediatamente enviado à votação do plenário. Humberto Lucena, Lázaro Barbosa e Leite Chaves, do PMDB, e José Frageli, votaram contra.

O presidente da Comissão, Aloysio Chaves (PDS-PA) decidiu substituir Hugo Ramos da função de relator em face das restrições por ele feitas ao projeto. No lugar do senador do Rio entrou Moacir Dalla, do PDS do Espírito Santo.